

## **A democracia deles e a nossa: reflexões sobre a democracia na imprensa partidária do PRT-ERP**

Lucas Augusto Duarte de Oliveira\*

### **Resumo**

O ocaso dos regimes ditatoriais impostos no Cone Sul ao longo dos anos 60 e 70 abriu espaço para o surgimento de inúmeras reflexões, no campo das ciências sociais, a respeito dos significados da democracia, seus limites e possibilidades. No campo da historiografia, o estudo daqueles regimes tem sofrido importantes transformações ao longo do tempo e, sobretudo nessas primeiras décadas do século XXI, tem sido desafiada a retomar questionamentos acerca das sociedades e dos atores inseridos naquele processo histórico. O presente trabalho procura analisar brevemente as formulações de uma organização revolucionária *setentista* a respeito da democracia, contrapondo-as à apreensão atualmente hegemônica do termo, a liberal. Dessa forma, tencionamos contribuir para o enriquecimento do debate historiográfico a respeito do tema.

**Palavras-Chave:** Democracia; Revolução, PRT-ERP

### **Introdução**

*Mais uma vez, como em tantas reuniões, colóquios, mesas redondas, tribunais e comissões, surgem entrem nós palavras cuja necessária repetição é prova de sua importância; mas ao mesmo tempo se diria que essa reiteração as está consumindo, desgastando, apagando. Digo: liberdade, digo democracia, e subitamente sinto que disse essas palavras sem haver questionado uma vez mais seu sentido mais profundo, sua mensagem mais aguda, e sinto também que muitos dos que a escutam as estão recebendo por sua vez como algo que ameaça converter-se em um estereótipo, um clichê sobre o qual todo mundo está de acordo porque essa é a própria natureza do clichê e do estereótipo: antepor um lugar comum a uma vivência, uma convenção a uma reflexão, uma pedra opaca a um pássaro vivo.*

*Julio Cortázar*

---

\* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Professor da SEDF

Os anos 70 do século XX foram, para a América Latina de modo geral, anos de intensa agitação política. O acirramento das lutas de classes no continente estimulou o desenvolvimento de projetos políticos dos mais diversos, quase todos ocupados em transformar a realidade na qual se inseriam, no intuito de conservar privilégios ou subvertê-los. De certa forma, a Argentina, país que experimentou dois golpes militares no espaço de dez anos - 1966 e 1976 - e assistiu a uma ascensão das mobilizações populares a partir do *Cordobazo*, em 1969, é um caso paradigmático.

Naquele país, as contradições de um processo de industrialização assimétrica, em marcha desde meados dos anos 40, associadas à crescente politização de uma classe trabalhadora cada vez mais escolarizada e golpeada pelas estruturas de um capitalismo emergente, serviram para incrementar a radicalidade do embate político emplacado sobretudo ao longo dos anos 70. Desde os mais variados espectros ideológicos, ergueram-se organizações decididas a interferir no rumo dos acontecimentos. Nesse cenário, que foi também de luta física, armada em muitos casos, travou-se uma outra disputa de intensas proporções: a respeito do conceito de democracia e de seu conteúdo político. Foi nos marcos desse enfrentamento que, passados dois meses do sangüinário golpe de março de 1976, o general Rafael Videla apresentou-se em cadeia nacional para elencar, dentre as aspirações golpistas, a de “tornar realidade uma autêntica democracia”<sup>2</sup>. Em sentido oposto, mesmo antes de concretado o golpe de Estado, em um de seus principais órgãos de agitação e propaganda, o *Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT)* definia que as medidas repressivas pretendidas pelos militares deveriam “encontrar resposta na mobilização do povo, na taxativa oposição de todas as suas forças democráticas”<sup>3</sup>. Acompanhando um sentimento que mais tarde seria reproduzido na dolorosa carta aberta do jornalista e militante montonero Rodolfo Walsh à Junta Militar: “o que vocês liquidaram não foi o mandato transitório de Isabel Martínez, mas sim a possibilidade de um processo democrático onde o povo remediara males que vocês continuaram e agravaram”(WALSH, 2012: 429).

---

<sup>2</sup> <http://www.archivoprisma.com.ar/registro/videla-24-de-mayo-de-1976/>

<sup>3</sup> La aventura de los militares reaccionários será desbaratada. *El combatiente* n° 183, p 14, 17/09/1975.

Uma ligeira análise da documentação permitiria elencar ainda muitos exemplos desse tipo. Curiosamente, desde o pós-ditadura nos anos 80, as aproximações à realidade daquele período têm se repetido na suposta constatação de que aqueles anos, aparentemente tão distantes em seus esquemas políticos e sociais, foram marcados por arroubos totalitários e por um profundo desleixo, para não dizer rechaço, pelas estruturas democráticas. Num percurso que com maior ou menor sutileza ronda sempre a teoria dos dois demônios, muitas das análises sobre o passado recente latino-americano resultam demasiadamente esquemáticas em suas definições conceituais por estarem quase sempre assentadas numa concepção de democracia que, dominante nos dias atuais, é certamente estranha aos debates da época.

A intenção desse trabalho é, portanto, apontar como em algumas publicações do PRT-ERP, especialmente em momentos onde a problemática eleitoral foi abordada, elaborou-se uma concepção de democracia bastante peculiar que procurou, nem sempre com êxito, associar as referências marxistas reivindicadas pela organização com uma noção de poder popular presente na trajetória do partido desde sua fundação. Acreditamos que, articulada com o contexto que lhe confere sentido, esta história não diz respeito somente a um coletivo de esquerda setentista e sua militância, e nem se restringe com exclusividade ao passado recente argentino. As questões aqui abordadas podem servir para elucidar muitos dos conflitos que cercam a trajetória política e intelectual de um conceito tão caro à ação política contemporânea. Procurando contribuir, em última análise, para desnaturalizar algumas de suas formas atuais de apreensão.

### **A nossa democracia: participação popular, liberalismo e democracia**

Vividos com intensidade e urgência ao longo de quase todo o século XX, os debates sobre democracia ou, mais amplamente, sobre participação popular, liberdades individuais e poder de Estado estão presentes no pensamento ocidental, de maneiras muito diversas, desde a Grécia Antiga. No entanto, é na forma original como o conceito foi tomado e desenvolvido no interior do capitalismo que se encontram os vínculos mais precisos com sua configuração contemporânea. Em linhas gerais, a concepção liberal de democracia surgiu a partir de reflexões informadas pelo contratualismo setecentista, pela economia

política de Adam Smith, pela filosofia utilitarista de “Bentham a Mill” (BOBBIO, 1986:22), e através de uma forma de apreensão individualista da realidade social e do Estado. Partindo desses componentes, constituiu-se um modelo de exercício democrático com estritos critérios de participação política capazes de, represando as esferas de intervenção popular e transformando-se ao longo do tempo, expandir a cidadania “mediante a restrição de seus poderes” (WOOD, 2011:180). Dessa forma, “o capitalismo tornou possível conceber uma ‘democracia formal’, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a ‘elite’ e a ‘multidão trabalhadora’” (WOOD, 2011:180).

As redefinições operadas a partir da Independência americana introduziram definitivamente nas formas democráticas modernas o princípio da representação. Diante das contingências surgidas da necessidade de estruturar uma democracia de massas, dando conta das disputas vivenciadas em seu interior e diante de uma sociedade em politização crescente, foi preciso introduzir na Constituição “um conjunto de instituições políticas que corporificariam, e simultaneamente limitariam, o poder popular”, ou seja, o exercício da cidadania. A esse respeito, Ellen Wood destaca que

Já nos acostumamos tanto à fórmula “democracia representativa” que tendemos a esquecer a novidade da idéia americana. Pelo menos em sua forma federalista, ela significou que algo até então percebido como a *antítese* do autogoverno democrático passava a ser não apenas compatível com a democracia, mas também um de seus componentes: não o exercício do poder político, mas *renúncia* a este poder, sua *transferência* a outros, sua *alienação* (WOOD, 2011:185)

Embora jamais tenha formulado uma oposição claramente dirigida a tal caráter representativo da democracia liberal, o PRT-ERP adotou e ajudou a formular uma noção de democracia que em tudo distava da concepção de que é possível e até desejável resumir a participação política comum à delegação de responsabilidades a terceiros. Muito pelo contrário, no interior de seu projeto revolucionário, o partido procurou conceber uma série de instâncias mais ou menos objetivas para a absorção das mais diversas formas de indignação popular, atribuindo-se a si mesmo a tarefa de conferir-lhes uma direção transformadora. Essa é uma das características definidoras da compreensão de democracia

elaborada pela organização: o poder popular somente poderia ser exercido através da vasta integração dos trabalhadores na direção de um projeto libertador, socialista. Ou seja, seria impossível separar a democracia de um horizonte de igualdade social e, por conseguinte, de condições equitativas de interferência na esfera política.

Dessa forma, as proposições perretistas estariam localizadas na antípoda do que Norberto Bobbio aponta como definição mínima da democracia liberal. O autor italiano afirma que dentre as duas acepções correntes que o termo “democracia” possui, a que se vincula à história do liberalismo é justamente aquela que entende o processo democrático como um “conjunto de regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos” (BOBBIO, 2000: 37-38), o que o ele denomina de “as regras do jogo”. A outra concepção daria conta do ideal em que um governo democrático deveria se inspirar: o da igualdade. De acordo com Bobbio, essas formas diferentes de entendimento repercutem uma incongruência de nível mais profundo:

*Liberdade e igualdade são valores antitéticos, no sentido que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro: uma sociedade liberal-liberista é inevitavelmente não-igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal. Libertarismo e igualitarismo fundam suas raízes em concepções do homem e da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista a liberal; totalizante, harmônica e monista a igualitária. (BOBBIO, 2000: 39)*

Nesses marcos, o significado da democracia se encontraria demarcado entre uma afirmação de igualdade universal de direitos e da soberania popular, e uma identificação como forma política do poder de Estado liberal-capitalista. No entanto, quando, por exemplo, em uma reportagem enviada a “diversos órgãos jornalísticos” argentinos, a guerrilha do *Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP)* apresenta o seu programa como “anti-imperialista, anticapitalista e democrático”<sup>4</sup>, fica claro que, pelo menos naquele contexto, houve muitas outras possibilidades.

### **E a deles: a democracia revolucionária do PRT-ERP**

---

<sup>4</sup> *Cristianismo y Revolución*. Reportaje al ERP, nº27, Jan/Fev de 1971, p.15

O PRT tomou forma na Argentina a partir da fusão inusual entre uma organização guevarista liderada pelos irmãos Santucho, o *Frente Revolucionário Indoamericano y Popular (FRIP)*, e *Palabra Obrera (PO)*, partido trotskista dirigido àquela altura por Nahuel Moreno. O surgimento a partir da conversão de mananciais teóricos tão dissimiles marcou profundamente a trajetória da nova organização. A heterodoxia através da qual estabeleceu seus marcos de análise da realidade concreta, obrigaram o partido desde sua origem a um contínuo esforço de síntese, nem sempre bem sucedido.

A convergência, inclusive, durou pouco. Em 1968, três anos após sua fundação e diante do seu quarto congresso, o PRT anunciava uma nada pacífica ruptura entre a corrente de Santucho (doravante denominada *PRT-El Combatiente*) e a fração morenista (*PRT- La Verdad*)<sup>5</sup>. A herança, entretanto, já estava sinalada. Apesar do motivo principal da ruptura ter girado em torno da opção, naquele momento, pela adoção da luta armada como tática revolucionária, o legado, para os irmãos Santucho, do convívio com o sindicalismo do PO se revelaria, por exemplo, na reivindicação até 1973 da IV Internacional. No primeiro número do seu novo órgão de propaganda, os *combatientes* escreveram:

*Nossas saudações a Hugo Blanco e à IV Internacional, indicam claramente que nos consideramos parte da tradição, da organização e do programa do movimento trotskista, e, em especial, do melhor que este deu para as massas do nosso continente, simbolizando (sic) na figura heróica e combatente do nosso camarada Hugo Blanco.*

*Nossas saudações à direção e ao povo de Cuba, indicam que nos consideramos parte do movimento revolucionário continental inaugurado pelo castrismo.*

*Finalmente nossas saudações aos dirigentes e povos de China e Vietnã, e a todos os movimentos guerrilheiros de Ásia, África e América Latina, indicam nossa determinação de iniciar a luta armada no país e nossa abertura e reconhecimento a todos os aportes à teoria e à prática revolucionária, efetuados por todos os povos e dirigentes revolucionários do mundo.*<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Resoluciones del IV Congreso del PRT disponível: <http://www.prt-argentina.org.ar/congresos/cuarto.html>

<sup>6</sup> *El Combatiente* nº1, Março de 1968, p. 3

Hugo Blanco, Cuba, Vietnã, guerrilheiros de três continentes: grande parte das tradições reivindicadas naquela ocasião eram sintomáticas da aproximação da organização da opção pela luta armada. Dois anos mais tarde, no interior do seu V Congresso, seria aprovada a criação do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), um exército guerrilheiro cuja missão seria a de “organizar a vanguarda para a guerra revolucionária”<sup>7</sup>. A partir de então, passam a conviver com certa autonomia duas frentes de atuação ligadas ao PRT: a do próprio partido e a de um exército regular a ele vinculado, mas não submetido. As tensões resultantes desse complexo vínculo seriam tema para outro trabalho e foram estudadas por Pablo Pozzi (POZZI, 2001) e Vera Carnovale (CARNOVALE, 2011) em diferentes ocasiões. O importante é ressaltar que, a partir de seus órgãos de publicação - *El Combatiente* para o PRT e *Estrella Roja* para o ERP -, a organização se dedicou a formular e difundir um programa capaz de dar respostas aos problemas da realidade argentina, procurando expandir sua zona de influência entre a militância orgânica e simpatizantes. Em seu livro sobre a história do PRT-ERP, Daniel de Sanctis menciona brevemente as características de cada um dos editoriais:

*A diferença que havia entre as duas publicações era que El Combatiente estava concebido como um jornal para a propaganda, notas mais extensas, de maior profundidade; é por isso que não fazia falta que tivesse muitas cores (...) Por outro lado, Estrella Roja estava concebido para um público mais amplo, menos habituado à leitura, por isso as notas eram mais curtas, as páginas tinham mais ar (...) (DE SANTIS, 2010:345)*

As duas publicações eram dirigidas por Pedro Cazes Camarero e, no seu auge, chegaram a vender uma tiragem de 150 mil exemplares (DE SANTIS, idem). Seu propósito era o de difundir, com mais ou menos cores, um programa, como referido anteriormente, marcadamente influenciado por certa apreensão do trotskismo – abandonado anos mais tarde em nome do “marxismo-leninismo”, pelo guevarismo e pela experiência das lutas concretas, especialmente o *Cordobazo*.

Para o PRT-ERP, os acontecimentos de maio de 1969 na cidade de Córdoba definiam as possibilidades reais de conquistas através do auge integrado das massas. Demarcava, além disso, um horizonte de mobilizações onde convergiam as lutas de setores

---

<sup>7</sup> *Estrella Roja* nº1, Abril de 1971, p.2

operários e juvenis, num exercício popular de democracia direta cujas formas seriam reivindicadas pelo partido ao longo de toda a sua história. Por isso, a partir do Cordobazo, era preciso “levantar a bandeira do Governo Revolucionário Operário e Popular como única saída possível”<sup>8</sup>, mas advertindo que “não se poderá chegar a esse governo revolucionário, tirando a sorte na *armadilha eleitoral* ou golpista da oposição burguesa”<sup>9</sup> e que “colocar-se hoje contra a ditadura, como principal e imediato inimigo, não significa somar as forças operárias e populares ao *carro eleitoral* ou golpista dos opositores burgueses”<sup>10</sup>. É interessante notar que ao longo de todo o texto não há nenhuma referência pejorativa à democracia ou à sua defesa, e no entanto se repete a desconfiança para com o “jogo”, o “carro”, a “armadilha” eleitoral. Isso porque para o PRT-ERP, já em 1968, o conteúdo da chave “nem golpe, nem farsa eleitoral” era que o único caminho possível para o exercício da participação popular na política se dava através “da mobilização ativa e combativa dos setores populares, com suas próprias formas de organização surgidas e inflamadas no enfrentamento direto”<sup>11</sup>.

O atenção para com a democracia esteve presente também em *Estrella Roja*, desde a publicação do seu primeiro número. Ao elencar as tarefas políticas da organização, em tom de apresentação pública, o editorial afirmava como segunda prioridade da organização a luta pelo “estabelecimento de um sistema de governo de *Democracia Social*, Governo Revolucionário do Povo, dirigido pela classe trabalhadora”<sup>12</sup>. E, logo abaixo: “plena participação no poder de todo o povo, através de seus organismos de massas”<sup>13</sup>. Provavelmente o conteúdo “social” da democracia aqui referida reside justamente no fato de que os organismos de massa aparecem como única possibilidade de representação adequada “do povo”, da “classe trabalhadora” apreendida em conjunto.

A partir de 1972, os debates sobre a democracia se viram inflamados em razão da abertura política anunciada pelo general Lanusse através de eleições marcadas para março do ano seguinte, sem a prescrição de nenhum dos partidos tradicionais, o que significou o

---

<sup>8</sup> *El Combatiente* n° 30, 11/06/1969, p.9

<sup>9</sup> *El Combatiente*, op.cit, idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> *Estrella Roja*, Abril de 1971, n° 1, p2.

<sup>13</sup> idem

retorno de Juan Domingo Perón ao país e, posteriormente, ao poder. A normalização eleitoral impôs ao PRT-ERP um grave dilema. Diante da vitória eleitoral do candidato peronista Héctor Cámpora, foi preciso elaborar uma resposta contundente que justificasse de modo satisfatório para sua própria militância “porque o ERP não deixará de combater”<sup>14</sup>. A avaliação da organização naquela altura foi a de que não era possível apoiar o novo governo peronista pelo seu caráter contrarrevolucionário e bonapartista. No entanto, estabeleceu uma trégua unilateral onde definia que não atacaria as instituições da nova gestão presidencial, mas manteria em marcha sua guerra contra o Exército e as “Forças Imperialistas”. Nesse sentido, a linha da organização era absolutamente coerente com sua interpretação sobre o significado de Perón para a política argentina:

*Por outro lado, nós como revolucionários marxistas-leninistas que nos devemos à classe trabalhadora, não podemos apoiar setores vacilantes, não podemos despertar esperanças em políticos que não realizam uma prática revolucionária: coincidimos sim com eles na defesa da democracia e da liberdade, mas não os defendemos nem apoiamos, seguindo os ensinamentos leninistas de que um pilar da educação revolucionária é confiar unicamente nas autênticas forças revolucionárias do proletariado e do povo*<sup>15</sup>

Dessa forma, ao longo dos anos que antecederam o último golpe de Estado da história argentina e sem interromper o seu acionar armado, a organização continuou, através de seus órgãos de imprensa, refletindo a respeito do significado da democracia e da necessidade de sua radicalização. Na leitura de Pablo Pozzi a respeito das relações emplacadas pelo partido com governo peronista a partir de 1973,

*O PRT-ERP concebia sua política como uma defesa das liberdades democráticas e como uma forma de garantir e aprofundar a participação das massas, enquanto considerava que as concessões e a negociação diante da ofensiva da burguesia e da direita, em um contexto de auge de massas, somente podia desembocar em um novo golpe de estado de características fascistóides .*  
(POZZI, 2001: 353)

---

<sup>14</sup> *Estrella Roja*, nº 20, 14 de Maio de 1973, p.3

<sup>15</sup> SANTUCHO, Mario Roberto, *Las definiciones del peronismo y las tareas de los revolucionarios*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/santucho/1973/agosto.htm>

Isso explica o porquê de ainda durante o governo legal de Isabel Perón, em 1974, o partido haver dedicado um editorial de *El Combatiente* à convocação de uma jornada “de lutas pela democracia e pela liberdade”. Nesse texto, o partido sustentava “ao lado do resto da vanguarda operária e popular” que “as conquistas democráticas serão mais amplas e mais seguras tanto mais se apoiem na enérgica mobilização das massas, na unidade de todas as forças revolucionárias e progressistas”<sup>16</sup>. Em seguida, denuncia a face autoritária e persecutória de um governo que se pretende popular:

*Falam de “governo popular” e assistimos a um regime que se baseia na polícia, nas bandas fascistas e nas leis repressivas, e que prepara o exército para responder ao povo. O parlamento, ao invés de votar as leis que o povo quer, vota o que os monopólios querem. Em vez de liberdade de imprensa que corresponderia a um verdadeiro governo popular, fecha os periódicos populares, encarceram ou assassinam jornalistas. Em vez de democracia sindical que corresponderia a um verdadeiro governo popular (...) se comete a fraude sindical, se intervêm nos sindicatos. No lugar das liberdades individuais se reprime as mobilizações, se encarcera aos militantes populares, se tortura, se sequestra, e se assassina.*<sup>17</sup>

Os exemplos são inúmeros. Três meses mais tarde, em junho de 1974, o editorial de *El Combatiente* explicava porque “devemos lutar incansavelmente pela democracia e pela liberdade”.<sup>18</sup> Ao mesmo tempo, e desde muito antes, os números de *Estrella Roja* também posicionavam o ERP “na defesa da liberdade e da democracia” conquistadas através da luta de massas<sup>19</sup>. O valioso aqui é perceber como na concepção do partido a defesa da democracia, também através do acionar armado, era concebível inclusive em momentos de normalidade eleitoral. A ruptura operada entre a realização de eleições e o caráter democrático de um governo é o que há de mais rico na concepção desenvolvida pelo PRT-ERP nesse período, que se tornou possível a partir da radicalização de sua concepção de democracia, vinculando-a ineludivelmente à de poder popular e participação massiva dos trabalhadores. Assim sendo, através das inúmeras adjetivações que utilizou para defini-la –

---

<sup>16</sup> *El combatiente* nº 114, 17 de Abril de 1974. Editorial, p.2.

<sup>17</sup> *idem*

<sup>18</sup> *El combatiente*, nº 123, 26 de Junho de 1974

<sup>19</sup> *Estrella Roja*, 15 de Agosto de 1973., nº 23, p.4.

“social”, “popular, operária” – a organização foi capaz de diferenciar a “sua” democracia da de seus inimigos, com a qual nunca teve afinidades e em direção da qual nunca moveu sua luta.

## BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia: em defesa das regras do jogo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CAMPOS, Esteban. La revista Cristianismo y Revolución y el problema de la memoria en la historia de la Historia Reciente Argentina. *Revista de la Red Intercátedras de Historia de América Latina contemporánea* (Segunda Época), Año 1, N1, Córdoba, Junio de 2014.

CAMPOS, Esteban. Clases Sociales, ideología y cuestión nacional en el debate entre las FAR y el PRT-ERP en Argentina. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.7, n.16, p.183-204. Set/dez. 2015

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*, 1ed, Siglo Veintiuno Editores: Buenos Aires, 2011. 320p

CORTAZAR, Julio. Libertad y democracia para Argentina. El país, Madrid, 1981. Disponível em: [http://elpais.com/diario/1981/04/08/internacional/355528805\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1981/04/08/internacional/355528805_850215.html)

DE SANTIS, Daniel. *La Historia del PRT-ERP por sus protagonistas*. Temperley: Estación Finlandia, 2010, p.345

IZAGUIRRE, Inés. *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina, 1973-1983: Antecedentes, desarrollo, complicidades*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

PONZA, Pablo. *Intelectuales y violencia política (1955-1973): Historia intelectual, discursos políticos y concepciones de lucha armada en la Argentina de los sesenta-setenta*. Córdoba: Babel, 2010

POZZI, Pablo. “*Por las sendas argentinas...*”: El PRT-ERP. La Guerrilla Marxista. Ed. Universidade de Buenos Aires: Buenos Aires, 2001.

WALSH, Rodolfo. Carta Abierta a la Junta Militar. In: WALSH, Rodolfo. *El violento oficio de escribir*, Ediciones Flor, Buenos Aires, 2012.p. 429

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011